

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL – INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Referente à decisão de mérito nº 1869/2021 vinculada ao processo 22520/2018-e

PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA e FERNANDO DANTAS SANTOS,
já qualificados no processo, vêm respeitosamente, à presença de Vossa Excelência,
com fulcro no art. 3º, do Regimento Interno, deste Tribunal de Contas do Distrito
Federal, apresentar petição:

**EM FACE DO DESCUMPRIMENTO
DA DECISÃO Nº 1869/2021**

Já se completaram 3 (três) meses da Decisão nº 1869/2021 de 19 de maio de 2021 (constante no processo nº 22520/2018-e), publicada no DODF em 31 de maio do corrente ano e não houve pronunciamento por parte Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Há pouco mais de 1 (um) mês da decisão, os interessados entraram em contato com a Secretaria das Sessões, desta Corte de Contas, e foram informados que a Corporação já havia sido notificada desde o dia 25 de maio. Na mesma ocasião, ficaram cientes de que o prazo corrente para recurso da decisão já havia expirado.

Na mesma data da notificação, a Corporação originou processo Sei, motivado

pelo recebimento do Ofício nº 4362/2021-GP. Um dos interessados formulou pedido (**anexo_1 do pedido** fl. 1) solicitando acesso, o qual foi deferido.

Com o processo Sei 00600-00004822/2021-24 (**anexo_2 do pedido** fls. 10 à 15), conforme **Informação CBMDF/CPP**, que motivou os demais documentos, a síntese é:

*(...) “em decorrência do período que estiveram excluídos do serviço ativo, **as promoções que sucederam às suas reinclusões e as vindouras dar-se-ão sempre de forma díspar em relação aos demais egressos.***

***Destarte, em atenção ao teor Decisão nº 1869/2021 prolatada pelo TCDF, essas são as informações e, reiteramos que não há medidas administrativas a serem adotadas atinentes às promoções dos referidos militares.”** (Com grifos)*

Embora não tenha ocorrido publicação em Boletim Geral, o veredito final da Corporação já se caracterizou evidenciado com o posicionamento do Subcomandante Geral do Corpo de Bombeiros (chefe da Comissão de Promoção de Praças), quando anuiu no mesmo sentido, conforme o Memorando nº 91/2021 – CBMDF/CPP (**anexo_2 do pedido** fls. 148).

A bem da verdade é que consoante o que defende o CBMDF e todos os demais pareceres pela Corporação mencionados, bem assim também entende o TJDF, ao elucidar que não se pode contabilizar como tempo de efetivo serviço para fins de promoção o período que não esteve em exercício no serviço ativo. Outrossim afirma a Decisão nº 1869/2021, prolatada por este TCDF.

Desta forma, a exaustiva exposição da Corporação em deixar claro que não há medidas administrativas a serem adotadas, **tendo em vista a não existência de contagem de tempo ficto**, já se encontra unânime, posto que restou assente tal entendimento tanto no Parecer do Ministério Público de Contas nº 1009/2020 G3P:

“25. É certo que, quanto ao aproveitamento do tempo em que os militares estiveram afastados (entre a exclusão e a reinclusão), não cabe o aproveitamento, observada a própria jurisprudência colacionada na Instrução, bem como o contido nos citados dispositivos, independentemente de o afastamento ter sido voluntário (como no caso da comparação com a Licença para tratar de interesses particulares) ou involuntário (como no caso da cessação dos efeitos da liminar concedida), o que não impede, no entender Ministerial, que se considere a data de ingresso e o Curso de Formação anterior.

26. Aliás, sob esse aspecto, depreende-se que o intento dos interessados não computar o período de afastamento (ficto), posto que não se vislumbra pedidos nesse sentido. Ademais, não há que se falar em indenizações pecuniárias quanto ao aludido período, visto que não integravam efetivamente a Corporação (não se encontravam na ativa).” (Com grifos)

Quanto na Decisão supra:

“Na ocasião da reincorporação, o curso de formação realizado fora aproveitado, ainda que a participação tenha se dado mediante instrumento judicial precário. Contudo, não se utilizou a classificação originalmente obtida pelos recorrentes.

Ora, havendo reapreciação da anulação e retorno às fileiras da corporação, com aproveitamento dos atos anteriores (curso de formação), é justo que os recorrentes retornem às classificações obtidas nessa fase.

Enfatizo, como bem pontuaram os pareceres precedentes, o período em que os recorrentes estiveram fora da corporação não pode ser computado para quaisquer fins. Nem tampouco está presente o direito à indenização. Contudo, uma vez que houve aproveitamento do curso de formação, da mesma forma, há de se considerar o aproveitamento das notas e subsequente classificação.”
(Com grifos)

Além disso, quanto ao argumento do Corpo de Bombeiros sobre as decisões desfavoráveis, esta Corte de Contas evidenciou o voto de sua autoria, que conduziu a Decisão nº 5.838/2017, proferida nos autos do Processo nº 29.830/2017, ao apreciar as admissões dos interessados, ressaltando que a própria Procuradoria-Geral do Distrito Federal, possui entendimento semelhante:

“21. Desse modo, a meu sentir, a coisa julgada não constituiu óbice algum para que o CBMDF cumpra fielmente o resultado final publicado no Edital nº 93, de 22 de maio de 2017, e reinclua o Requerente Fernando Dantas Santos ao CBMDF.

22. Impende ressaltar que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal comunga de entendimento semelhante, conforme demonstra o excerto do Parecer nº 1257/2015 - PRCON/PGDF, in verbis:

(...)

36. Como já dito, esta Casa tem entendimento consolidado no sentido de que ‘a sentença de improcedência do pedido tem eficácia meramente declaratória negativa da existência do direito do autor, ou seja, não tem eficácia executiva para a Administração, não trazendo nenhuma obrigação que possa ser executada em face da Administração, a qual pode, se quiser, reconhecer posteriormente o pedido, mesmo em face da referida declaração negativa do Judiciário, tendo em vista a independência das instâncias administrativa e judicial’ (cota de aprovação do Parecer n 3.668/2012-PROPES e cota de aprovação do Parecer n 123/2013-PROPES - caso, como visto, análogo a este)’.

37. Ou seja, a PGDF possui entendimento no sentido de que a coisa julgada favorável à Administração não obsta a aplicação do Decreto 35.851/2014 ao militar que se enquadre nos seus requisitos, sendo possível, também nesse caso, a superação dos motivos que ensejaram a propositura da ação judicial.”

Com efeito, a linha de raciocínio percorrida por esta Corte de Contas evidencia o artigo 2º da Constituição Federal que legifera sobre a independência e harmonia dos Poderes da União, visto que toda argumentação ventilada pelo CBMDF, notadamente se coaduna com o regular entendimento dos Tribunais, e, vale dizer, com o que fora pautado de forma escoreita, por esta Colenda Corte.

Ademais, o próprio Decreto nº 35.851 de 26 de setembro de 2014, que deu ensejo ao retorno do militares às fileiras da Corporação, já previa como forma de

aditamento, que os atos dele decorrentes não acarretariam indenização pecuniária ou afins. Tacitamente, tal negativa, proclama, sem sombra de dúvida, a proibição de contagem de tempo de serviço ficta.

Sim, deveras os militares permaneceram fora do serviço ativo, entretanto, este douto Tribunal vislumbrou caminho que proporciona desfecho deferente aos militares e consonante à ordinária compreensão da situação.

Pois bem, os militares já obtiveram a graduação de 3º sargento e neste momento ainda não possuem o tempo mínimo requerido para a graduação de 2º sargento que, conforme o Anexo IV, da Lei 12.086, de 06 de novembro de 2009, o qual menciona os prazos exigidos para promoção dos bombeiros militares, é de:

b) Quadro-Geral de Praças Bombeiros Militares de Carreira

| GRADUAÇÃO | INTERSTÍCIO | Tempo de Serviço Arregimentado |
|----------------------|-----------------|--------------------------------|
| Soldado de 2ª Classe | 6 meses | - |
| Soldado de 1ª Classe | 120 meses | 96 meses |
| Cabo | 60 meses | 48 meses |
| 3º Sargento | 48 meses | 30 meses |
| 2º Sargento | 48 meses | 24 meses |
| 1º Sargento | 24 meses | 12 meses |
| Subtenente | - | - |

(Com grifos)

Entretanto, o que vem sendo praticado pelo Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal é a redução do interstício em 50%, segundo previsão no mesmo normativo supra, quiçá até menos que a metade:

Art. 5ª Promoção é ato administrativo e tem como finalidade básica a ascensão seletiva aos postos e graduações superiores, com base nos interstícios de cada grau hierárquico, conforme disposto no Anexo I.

(...)

*§ 2º Cumpridas as demais exigências estabelecidas para a promoção, **o interstício poderá ser reduzido em até 50% (cinquenta por cento)**, sempre que houver vagas não preenchidas por esta condição.*

§ 3º A redução de interstício prevista no § 2º será efetivada mediante ato:

I – do Governador do Distrito Federal, por proposta do Comandante-Geral, para as promoções de Oficiais; e

II – do Comandante-Geral, por proposta do titular do órgão de gestão de pessoal, para as promoções de Praças. (Com grifos)

Desta forma, até a ocorrência de suas promoções em suas classificações obtidas no Curso de Formação de Praças, os militares já possuirão o tempo necessário ou em não possuindo, tão-logo tenham complementado e/ou complementem sejam reposicionados, sem qualquer irregularidade prolixamente discutida.

É o que concluiu este Tribunal de Contas em decisão unânime, neste termos:

“no mérito, dê parcial provimento ao Pedido de Reexame interposto, para reformular o item II da Decisão n.º 3.502/2019, no sentido de considerar parcialmente procedente a Representação de que tratam os autos em exame (e-DOC 069B873D-c), tendo por plausível o direito dos interessados às classificações em conformidade com o posicionamento obtido na Turma do Curso de Formação de Praças - CFP à qual pertenciam, nos moldes do artigo 120 da Lei n.º 7.479/1986, e levando em conta possíveis promoções a que façam jus, tão logo complementem os interstícios necessários, e demais requisitos previstos em seus normativos, determinando ao CBMDF que adote as medidas cabíveis com vista à efetivação de tais direitos albergados;” (Com grifos)

Não obstante, por conta da incúria do CBMDF em não dar cumprimento à decisão, o militar **Pedro Armando Sousa Almeida** poderá ser mais uma vez prejudicado, pois deveria constar na lista de militares convocados em Boletim Geral, de 28 de junho de 2021 (**anexo_3 do pedido** fls. 3), para o Curso de Aperfeiçoamento de Praças, o qual, por hora, encontra-se com data de início adiada, mas com previsão para este ano:

| | | | |
|--------|---------|--|---------|
| 3° SGT | QBMG-01 | ALEXANDRE SANTOS DE BRITO | 1589908 |
| 3° SGT | QBMG-01 | JOSE MARIANO DE SOUZA JUNIOR | 1910772 |
| 3° SGT | QBMG-01 | JEFERSON JOSÉ MOTA DA SILVA | 1909370 |
| 3° SGT | QBMG-01 | LUCAS DE ARAÚJO BRITO | 1919591 |
| 3° SGT | QBMG-01 | MAURICIO AUGUSTO DOS SANTOS FONSECA BOQUADI | 1910510 |

Caso já tivesse ocorrido a correção na escala hierárquica conforme a posição obtida no Curso de Formação de Praças - CFP, constante no Anexo 1 do Boletim Geral, de 11 de janeiro de 2016 (**anexo_4 do pedido** fls. 31), que publicou o quadro geral de notas do CFP das turmas A, B e Sd/2 ADRIANO ARAÚJO FLEURY:

| | |
|-----|--|
| 329 | ALEXANDRE SANTOS DE BRITO |
| 330 | JOSE MARIANO DE SOUZA JUNIOR |
| 331 | JEFERSON JOSÉ MOTA DA SILVA |
| 332 | PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA |
| 333 | LEANDRO MENCARINIGUIM ARAES |
| 334 | LUCAS DE ARAÚJO BRITO |
| 335 | MAURICIO AUGUSTO DOS SANTOS FONSECA BOQUADI |

De igual modo, o militar **Fernando Dantas Santos** não obteve correção na escala hierárquica, conforme o quadro geral de notas do Curso de Formação de Praças

(anexo_4 do pedido fls. 37):

| | |
|-----|------------------------------------|
| 100 | VANESSA BEATRIZ BATISTA SANTIAGO |
| 101 | SARA CARNEIRO GOMEZ |
| 102 | KATIA REJANE MOREIRA SOARES |
| 103 | FERNANDO DANTAS SANTOS |
| 104 | IREMAR IZAIAS DA SILVA JUNIOR |
| 105 | GUSTAVO HENRIQUE FONSECA DE ARAUJO |
| 106 | FELIPE MARCOS DA COSTA MARROCOS |

Pelo exposto, embora nesse momento não haja promoções a que façam jus, os requerentes solicitam a este Egrégio Tribunal de Contas:

1) Que imponha cumprimento da decisão ao CBMDF com fundamento no art. 272, inciso IV, do Regimento Interno desta Corte de Contas, mormente porque não se trata de apreciação por parte do Corpo de Bombeiros, mas execução de determinação já prolatada;

2) Que pormenorize as ações a serem adotadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, no sentido de corrigir as respectivas classificações, na escala hierárquica dentro de suas turmas de origem, considerando seus pares e as notas obtidas no curso de formação de praças, visto que a Corporação quedou-se inerte quanto a tais ações, conforme Anexo 4, da Publicação em BG de 28 de junho de 2021 (**anexo_3 do pedido**), no qual deveria constar o nome do militar **Pedro Armando Sousa Almeida**, no rol de militares convocados para o Curso de Aperfeiçoamento e Praças – CAP;

3) A concessão de medida cautelar, caso assim essa Tribunal de Contas entenda o indicativo do preconizado no artigo 125, inciso V, unido ao artigo 277 do Regimento Interno deste TCDF, haja vista que o militar acima está na iminência de ser prejudicado na possibilidade de configuração do brocardo jurídico “*periculum in mora*”, **especificamente na perda do direito de estar listado no rol de militares que farão o Curso de Aperfeiçoamento de Praças**. Bem como o “*fumus bonis iuris*”, tendo em vista que já deveria ter ocorrido o cumprimento, o que desfaria a intenção da demanda.

Brasília, 24 de agosto de 2021.



Pedro Armando Sousa Almeida



Fernando Dantas Santos